

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense n.º 32, a secção dedicada aos trabalhos de “Investigação Científica” é composta por quinze artigos que foram selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”.

Além disso, apresentamos também um artigo na secção “Jean Monnet”, cuja publicação, que também obedeceu à dupla revisão cega por pares, pretende cumprir um dos objetivos visados no Módulo Jean Monnet The European Union as a global player for Democracy and Fundamental Rights, que teve lugar de 2018 a 2022 na Universidade Portucalense Infante D. Henrique cofinanciado pela Comissão Europeia através do Programa ERASMUS+.

Passemos, então, a apresentar sumariamente cada um dos dezasseis artigos que compõem o presente número da Revista Jurídica.

No artigo intitulado *Instituições da região demarcada do Douro: contributo para o seu estudo*, Ana Sílvia Albuquerque apresenta um estudo sobre a primeira região demarcada de produção vitícola regulamentada no mundo – região demarcada do Douro – sob o prisma institucional. Analisa os motivos subjacentes à génese da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, as suas competências e a sua evolução.

No segundo artigo, *Lei pandémica – um roteiro para lege ferenda*, Celso Leal apresenta um estudo sobre a pandemia e o debate em Portugal acerca da necessidade de se criar uma lei de emergência sanitária ou lei pandémica, como forma de precaver e tutelar a ocorrência de pandemias e permitir a restrição de direitos fundamentais com tutela constitucional.

Fabiano José de Oliveira Silva, Fernando Virmond P. Giovannetti, sob o título *A efetividade da regra de reserva de gênero nos sistemas eleitorais brasileiro e portugueses*, procuram, na análise dos sistemas eleitorais em Portugal

e no Brasil, verificar a efetividade das cláusulas de reserva de género e contribuir, desta forma, para o debate sobre o tema da igualdade de género na participação das decisões políticas.

Segue-se um artigo da autoria de Fernanda Rebelo e Isa Pinto Pereira, intitulado *Comportamento online do consumidor, formação financeira e sobreendividamento: primeiras reflexões sobre a Proposta de Diretiva relativa aos Créditos aos Consumidores COM/2021/347final*. Este estudo tem o objetivo precípuo de analisar a Proposta de Diretiva (COM (2021) 347 final) relativamente ao comportamento do consumidor na digitalização dos serviços financeiros a retalho, com a finalidade de obtenção de crédito para a aquisição de bens e serviços no mercado. Pretende ainda avaliar se, e em que medida, as soluções contempladas na Proposta resolvem as questões da informação financeira e do sobre-endividamento do consumidor.

Por outro lado, João Sousa, com o artigo intitulado *Restrições ao objeto da publicidade: a problemática inerente aos alimentos de baixo valor nutricional e à dependência nos jogos sociais e apostas*, trata do regime jurídico da publicidade, alerta para o impacto que esta tem na sociedade e para a importância da implementação de restrições, procurando demonstrar que a legislação atual pode não ser suficiente para resolver certos problemas inerentes a objetos publicitários.

Por seu turno, com o artigo intitulado, *Da (des)qualificação jurídica do estrangeiro não naturalizado e e concessão de benefício assistencial pautado nos princípios fundamentais do direito, de gênese jusnaturalista*, Luis Gustavo Liberato Tizzo por meio da busca de uma resposta acerca da possibilidade de concessão do benefício assistencial, procura realizar um breve estudo sobre o fundamento axiológico do ordenamento jurídico brasileiro e sua aplicação na tutela das prerrogativas de uma das diversas minorias existentes, os estrangeiros, e a relativização dos termos.

Já Luís Manuel Pica, com o artigo *A inteligência artificial no sistema de gestão fiscal: uma dimensão preventiva e as presunções (jurídicas) na identificação e combate aos fenómenos patológicos*, considera que a globalização e abertura dos mercados suscitam um maior risco de atos lesivos para os interesses fiscais dos Estados e que é necessário que o sistema de gestão fiscal não seja permeável a estas dificuldades, daí a importância dos instrumentos de inteligência artificial que permitem antecipar estas condutas lesivas para os interesses patrimoniais (fiscais) dos Estados, nomeadamente com a criação de perfis e de presunções sobre os contribuintes.

Segue-se, ainda, o artigo de Miguel Régio de Almeida, intitulado *A jurisprudência dos Direitos Humanos - Um signifiante perseguido pelo seu significado, entre 1945 e 1993*, de índole especialmente pedagógico, em que o autor procura contextualizar a genealogia do significado de «Direitos Humanos», privilegiando uma óptica anticolonialista e antirracista, enquadrada no Movimento académico dos Estudos Críticos do Direito.

Já Oleg M. Reznik, Nadiia S. Andriichenko, Irina V. Zvozdetska, Volodymyr O. Zarosylo e Viktoriia I. Hryshko, com o artigo *Resultados e perspectivas sobre o policiamento como parte do setor de segurança nacional*, apresentam um estudo sobre a experiência estrangeira na regulação e avaliação das atividades policiais e estabelecem os melhores modelos neste campo para contribuir para um melhor desempenho das tarefas atribuídas por força da lei à polícia. O objetivo foi alcançado usando métodos dogmáticos, estatísticos, jurídicos comparativos e uma abordagem estrutural-sistêmica. Os autores revelaram as características da avaliação policial na Ucrânia, EUA, Canadá, França e Reino Unido.

Por sua vez, Rita Gigante, Ana Dinis, Liliana Pereira, com o artigo *Contencioso tributário e complexidade da tributação autónoma das sociedades em Portugal*, fazem uma análise sobre a tributação autónoma, que tem sido alvo de constante litígio entre a Administração Tributária e as sociedades, através de um

estudo de percepção dos contabilistas certificados aos quais foi aplicado um inquérito por questionário.

Segue-se um artigo de Tetyana Vilchyk, *Advocacia da Ucrânia no período da lei marcial e restauração após a guerra: problemas de regulamentação legal da organização e atividades*, em que é apresentada uma breve análise da organização e atividade da Ordem dos Advogados da Ucrânia, nos últimos seis meses, e são formuladas propostas específicas destinadas a melhorar a organização e as atividades da referida Ordem dos Advogados, tanto no período moderno como no pós-guerra, de acordo com as exigências impostas para a integração europeia da Ucrânia.

No artigo intitulado *Avaliação de danos não materiais sob a ótica do RGPD: Uma revisão da prática judicial recente da Alemanha, Reino Unido e Países Baixos*, Vahid Akefi Ghaziani, Moosa Akefi Ghaziani e Mohammad Akefi Ghaziani estudam o conceito de danos morais ao abrigo do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), e analisam as respetivas práticas judiciais na Alemanha, no Reino Unido e nos Países Baixos. Também verificam incoerências quanto à interpretação do RGPD, no que toca ao âmbito dos danos, bem como à sua avaliação.

Depois, Viktor Ladychenko, Oleksandr Bryhinets, Olena Uliutina, Liliia Pankova e Olena Gulaco, no artigo *Características da regulamentação sobre o financiamento estatal para a manutenção do Júri no sistema judicial da Ucrânia*, analisam, com base em dados estatísticos, as peculiaridades da regulamentação sobre o financiamento estatal para a manutenção do júri na Ucrânia. O financiamento é atualmente extremamente limitado, em comparação com os EUA, Canadá ou França, o que se deve à crise económica na Ucrânia provocada pela anexação temporária da República Autónoma da Crimeia, dos confrontos militares permanentes no leste da Ucrânia e da pandemia do coronavírus.

Viktor Shevchuk, Viacheslav Vapniarchuk, Igor Borysenko, Dmytro Zatenatsky e Viacheslav Semenogov, no artigo sobre *Métodos de investigação*

de crimes: Problemas actuais e áreas de investigação promissoras, examinam o âmbito dos métodos forenses de investigação criminal e estudam os principais problemas e perspectivas de melhoria dos métodos de investigação criminal, em conformidade com a atual atividade criminosa na Ucrânia.

Para finalizar a secção Investigação Científica, na *Essência dos Princípios do Direito Ucrâniano na Jurisprudência Moderna*, Yevhen Leheza, Karina Pisotska, Oleksandr Dubenko, Oleksandr Dakhno, Artur Sotskyi apresentem uma abordagem metodológica para a compreensão dos princípios do direito no contexto das transformações da globalização moderna.

No Módulo Jean Monet, é apresentado o artigo de Fátima Castro Moreira, e André Pereira Matos, com o título *A governança multinível na proteção do direito fundamental ao ambiente da União Europeia: o Pacto Ecológico Europeu e o projeto Cities Mission*. Os autores procuraram testar a menos estudada articulação de governança entre os níveis supraestadual e subnacional no domínio de um bem público transnacional de especial importância que é o da proteção ambiental.

Como sempre, estamos reconhecidamente gratos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A Editor Geral

Mónica Martinez de Campos

EDITORIAL

In the present edition of *Revista Jurídica Portucalense* no. 32, the section dedicated to "Scientific Research" is composed of fifteen articles which were selected according to the rules of the double-blind peer review process.

In addition, we also present one articles in the "Jean Monnet" section, whose publication, which also obeyed the double-blind peer review, aims to fulfil one of the objectives targeted in the Jean Monnet Module The European Union as a global player for Democracy and Fundamental Rights, which took place from 2018 to 2022 at the Universidade Portucalense Infante D. Henrique co-funded by the European Commission through the ERASMUS+ Programme.

Let us now briefly present each of the sixteen articles that make up this issue of the *Revista Jurídica*.

In the article entitled *Douro demarcated region's institutions: contribution to its study*, Ana Sílvia Albuquerque presents a study on the first demarcated region of regulated wine production in the world - the Douro demarcated region - from an institutional perspective. She analyses the reasons behind the genesis of the Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, its competencies, and its evolution.

In the second article, *Pandemic Law - a roadmap for lege ferenda*, Celso Leal presents a study on pandemics and the debate in Portugal on the need to create a health emergency law or pandemic law, as a way of preventing and protecting the occurrence of pandemics and allowing for the restriction of fundamental rights with constitutional protection.

Fabiano José de Oliveira Silva, Fernando Virmond P. Giovannetti, under the title *The effectiveness of the gender reserve rule in the Brazilian and Portuguese electoral systems*, seek, in the analysis of the electoral systems in Portugal and Brazil, to verify the effectiveness of the gender reservation clauses

and contribute, in this way, to the debate on the theme of gender equality in the participation of political decisions.

This is followed by an article by Fernanda Rebelo and Isa Pinto Pereira, entitled *Online consumer behaviour, financial education and over-indebtedness: initial thoughts on the Proposal for a Directive on Consumer Credit COM/2021/347final*. This study has the main objective of analysing the Proposal for a Directive (COM (2021) 347 final) regarding consumer behaviour in the digitalisation of retail financial services in order to obtain credit for the purchase of goods and services in the market. It also aims to assess whether and to what extent the solutions contemplated in the Proposal address the issues of financial information and consumer over-indebtedness.

On the other hand, João Sousa, with the article entitled *Advertising restrictions regarding food of low nutritional value and the dependence on gambling*, alerts to the impact that this has on society and to the importance of implementing restrictions, seeking to demonstrate that the current legislation may not be sufficient to solve certain problems inherent to advertising objects.

In turn, with the article entitled *The (dis)legal qualification of the non-naturalized foreigner and the granting of welfare benefits based on the fundamental principles of law, of jusnaturalist genesis*, Luis Gustavo Liberato Tizzo through the search for an answer about the possibility of granting the welfare benefit, seeks to conduct a brief study on the axiological foundation of the Brazilian legal system and its application in the protection of the prerogatives of one of the various existing minorities, the foreigners, and the relativization of the terms.

Luís Manuel Pica, in his article entitled *Artificial intelligence in the tax management system and the prevention and identification of harmful acts in tax matters*, considers that globalisation and the opening of markets give rise to a greater risk of acts detrimental to the tax interests of States and that it is necessary for the tax management system not to be permeable to these

difficulties, hence the importance of artificial intelligence instruments that enable the anticipation of conducts that are detrimental to the (tax) assets of States, namely by creating profiles and presumptions about taxpayers.

This is followed by an article by Miguel Régio de Almeida, entitled *The jurisgenesis of Human Rights: a signifier pursued by its signified, between 1945 and 1993*, of a particularly pedagogical nature, in which the author tries to contextualise the genealogy of the meaning of "Human Rights", favouring an anti-colonialist and anti-racist perspective, framed within the academic Movement of Critical Studies in Law.

Oleg M. Reznik, Nadiia S. Andriichenko, Irina V. Zvozdetska, Volodymyr O. Zarosylo and Viktoriia I. Hryshko, with the article *Results and perspectives on policing as part of the national security sector*, present a study on foreign experience in the regulation and evaluation of police activities and establish the best models in this field to contribute to better performance of the tasks assigned by law to the police. The objective was achieved using dogmatic, statistical, comparative legal methods and a structural-systemic approach. The authors revealed the characteristics of police evaluation in Ukraine, USA, Canada, France and UK.

In turn, Rita Gigante, Ana Dinis, Liliana Pereira, with the article *Tax litigation and the complexity of autonomous taxation of companies in Portugal*, make an analysis on autonomous taxation, which has been the subject of constant litigation between the Tax Administration and companies, through a study of the perception of certified accountants to whom a questionnaire survey was applied.

This is followed by an article by Tetyana Vilchyk, *Advocacy of Ukraine in the period of martial law and post-war restoration: problems of legal regulation of organisation and activities*, in which a brief analysis of the organisation and activity of the Ukrainian Bar Association in the last six months is presented and specific proposals are formulated aimed at improving the organisation and

activities of the said Bar Association, both in the modern and post-war period, in accordance with the requirements imposed for the European integration of Ukraine.

In the article entitled *Assessing non-material damage under the GDPR: A review of recent judicial practice in Germany, the UK and the Netherlands*, Vahid Akefi Ghaziani, Moosa Akefi Ghaziani and Mohammad Akefi Ghaziani study the concept of non-material damage under the General Data Protection Regulation (GDPR), and analyse the respective judicial practices in Germany, the UK and the Netherlands. They also find inconsistencies regarding the interpretation of the GDPR, in terms of the scope of damages as well as their assessment.

Then, Viktor Ladychenko, Oleksandr Bryhinets, Olena Uliutina, Liliia Pankova and Olena Gulaco, in the paper *Features of regulatory regulation of state financing of maintenance of jury trial in Ukraine*, analyse, based on statistical data, the peculiarities of the regulation on state funding for jury maintenance in Ukraine. The funding is currently extremely limited, compared to the USA, Canada, or France, which is due to the economic crisis in Ukraine caused by the temporary annexation of the Autonomous Republic of Crimea, the ongoing military clashes in eastern Ukraine and the coronavirus pandemic.

Viktor Shevchuk, Viacheslav Vapniarchuk, Igor Borysenko, Dmytro Zatenatsky and Viacheslav Semenogov, in the article *Criminalistic methodics of crime investigation: Current problems and promising research areas*, examine the scope of forensic criminal investigation methods and study the main problems and prospects for improving criminal investigation methods in line with current criminal activity in Ukraine.

To conclude the Scientific Research section, in *The essence of principles of Ukrainian law in modern jurisprudence*, Yevhen Leheza, Karina Pisotska, Oleksandr Dubenko, Oleksandr Dakhno, Artur Sotskyi present a methodological approach to understanding the principles of law in the context of the transformations of modern globalisation.

In the Jean Monet Module, the article by Fátima Castro Moreira, and André Pereira Matos is presented, with the title *Multi-level governance in the protection of the fundamental right to the environment in the European Union: the European Ecological Pact and the Cities Mission project*. The authors sought to test the less studied articulation of governance between supra-state and sub-national levels in the field of a transnational public good of special urgency that is environmental protection.

As always, we are gratefully acknowledged to the Foundation for Science and Technology (FCT).

The General Editor
Mónica Martinez de Campos

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt